



1 **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família - SEDEF**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**

3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

4 **04 de dezembro de 2023**

5 **Plenária Extraordinária:** No quarto dia do mês de dezembro de 2023, em 1ª chamada
6 (início as 09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –
7 CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do 7º andar, do Palácio das Araucárias,
8 situado à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Pr,
9 através de link do *meet*: <https://meet.google.com/gmj-qeaq-wgy> para a realização da
10 reunião extraordinária. **Participação dos conselheiros (as): Conselheiros da SC:**
11 Gabriel de Franco Rocha – suplente (HPP), Henry Baptista Xavier – suplente
12 (UNILEHU), Ana Alzira Fogaça - (Instituto de ação social João Paulo II), Fabíola Bini
13 Belin – suplente (Instituto de ação social João Paulo II), Débora Cristina dos Reis
14 (ABEC), Yan Leonardo Bem (Instituto Jeferson Bizotto), Priscila Gracieli de Melo
15 (APAE de São Sebastião da Amoreira), Nilson Ribeiro da Silva (SOS Guarda Mirim de
16 Apramongas), Ana Alexandra Alves José (Epesmel), João Marcos Palmeira (AAMEC),
17 Nadir Aparecida Silva (AAMEC), Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Oni Maria
18 Barbieri (Ledi Mass) e Danielle Dalavechia Chedid Silvestre (Fundação Iniciativa).
19 **Participação dos conselheiros governamentais: Presidente Ad Hoc Juliana**
20 **Sabbag (CPCA/SEDEF),** Viviane Ferreira Santos (Casa Civil), Alceu Menta – suplente
21 (Paraná Esportes), Amália Regina Donegá (SETI), Prisciane de Oliveira
22 (CPCA/SEDEF), Juliana Shneider (SEAB), Maíra Tavares (SEED), Luciana Mara
23 Finger – suplente (SEJU), Joaquim Pedro Duro da Silva (SETR), Fernanda Crosewski
24 (SESA), Ana Paula Cunha Carvalho – suplente (SESP) e Luciano Arantes Sanches
25 (SEPL). **Consultores/ Fiscalizadores:** Bruna Saraiva (OAB/PR), Fernando Redede e
26 Lethicia Gaidarj Silva (NUDIJ), Carla Andréa Alves da Silva Marcelino (CONSIJ TJ) e
27 Danielle Tuoto (CAOPCAE/MP). **Convidados/as:** Rogério Carboni (Secretário da
28 SEDEF), Luiza Simoneli (GD/SEDEF), Ronaldo Olmo (DPPF/SEDEF), Ticyana Begnini
29 (GS/SEDEF), Márcia Aparecida Baldini (SMS de Cascavel). **Apoios:** Juliana Muller
30 (SEC), Marcela Gusso (CPCA) e Denise Xavier (CPCA). **Abertura.** A Presidente Ad
31 Hoc Juliana Sabbag inicia desejando uma excelente semana, diz que nesse mês de



32 Dezembro o CEDCA tem várias questões para tratar, deseja que saibam dialogar
33 sobre cada um desses pontos com tranquilidade e respeito. Pergunta aos colegas que
34 solicitou o pedido de vistas, qual deles gostaria de falar em nome do coletivo, ou se
35 todos querem se manifestar individualmente. A conselheira Alexandra Alves José
36 (EPESMEL) pede para que se possível a secretária executiva leia o documento de
37 pedido de vistas, a Presidente ad hoc Juliana Sabbag explica que vieram muitos
38 documentos, e, que não é de praxe que se leia o documento na íntegra, o documento
39 ficou disponível para que os colegas pudessem fazer a leitura e suas análises e com a
40 apresentação do resumo e defesa na plenária. A conselheira Alexandra insiste para
41 que seja lido o pedido de vistas na íntegra e também a deliberação, tendo em vista
42 que se trata de uma reunião extraordinária de pauta única. A conselheira Danielle
43 Dalavechia Chedid Silvestre (Fundação Iniciativa) faz a leitura do pedido de vistas,
44 ***“manifestação de pedido de vistas na íntegra disponível no drive do Cedca”***. A
45 convidada Márcia Aparecida Baldini, dirigente municipal de educação do Município de
46 Cascavel, diz que acompanha a demanda dos municípios há 6 anos, sobre a questão
47 da construção dos centros municipais de educação infantil, dos 399 municípios
48 paranaenses em torno de 120 municípios tem uma situação bastante crítica em
49 relação ao financiamento, em relação a questão da pobreza e do acesso das crianças
50 em creches e pré escola, fala da importância das crianças serem atendidas nessa
51 etapa da creche, a importância na questão nutricional, na saúde mental, casos de
52 violência, mortalidade e até desempenho educacional. Se diz preocupada com
53 algumas questões no relatório, primeiro quando falam da responsabilidade da etapa
54 da creche, o artigo primeiro da constituição fala que a responsabilidade é dos estados
55 e municípios dentro do regime de colaboração, e o artigo 211 que coloca a questão da
56 qualidade e obrigatoriedade do ensino na educação básica obrigatória e a não
57 obrigatória a educação infantil, reportado pela emenda 108/2020 na constituição
58 federal, e acompanhando o financiamento da educação percebe-se que existe uma
59 disparidade muito grande em relação ao financiamento para construção de CMEI.
60 Márcia evidencia que em vários momentos o relatório diz que os municípios não têm
61 condições, não tem terrenos, não querem ou não tem demanda, Márcia rebate essa
62 questão, fala que deve haver diálogo, pois o conselho existe para garantir os direitos
63 das crianças e dos adolescentes, essa demanda de auxiliar os municípios na
64 construção de creches é bastante importante já tem alguns estados que fazem isso,
65 cita o estado de Alagoas, que é um estado que financia a construção de creches, hoje



66 sabe que a própria crise econômica, a questão orçamentária dos municípios e dos
67 estados para construção de novas creches é muito pequena, então, é necessário ter
68 um financiamento de outros órgãos e se o fundo da infância tem o recurso por que não
69 investir onde mais precisa no atendimento de crianças na etapa creche da educação
70 infantil. Em 2023 teve uma decisão do Supremo Tribunal Federal da obrigatoriedade
71 de não se negar matrícula na etapa creche, no entanto tem a questão da falta de
72 recurso dos municípios, dentro do relatório foi colocado no item 2, que é opção dos
73 pais ou responsáveis e 55,2% prefere cuidar em casa. Márcia discorda, diz que os
74 pais não colocam a criança na educação infantil porque não tem vaga disponível ou
75 não tem conhecimento. Também, a questão da ausência de diagnóstico de pobreza,
76 esses municípios por hora citados são municípios bastante carentes. Volta a colocar a
77 questão do regime de colaboração do item 10 que está em conflito com a competência
78 citado no artigo 221. A educação básica é obrigatória e a educação infantil é prioridade
79 em nosso país, ela tem que ser prioridade por todos os órgãos e por todos os
80 conselhos de políticas públicas, tem um artigo na Constituição Federal que fala sobre
81 o regime de colaboração que estados e municípios têm que estender as mãos em
82 relação ao atendimento prioritário de crianças e adolescentes, diz que agora é o
83 momento de se pensar no atendimento dessas crianças que precisam nesses
84 municípios que irão se adequar em relação à questão de pessoal e a questão da
85 manutenção. Márcia se propõe a ajudar no que precisarem. A presidente ad hoc
86 Juliana Sabbag diz que tem alguns colegas inscritos, e seguem as falas pela ordem de
87 inscrição começando pela Dra. Danielle Tuoto (CAOPCAE/MP) que diz que algumas
88 coisas precisam ser esclarecidas, que não se trata de um pedido de vista de três
89 conselheiros, mas um pedido de vista que foi formalizado online por outros
90 conselheiros e baseado num Ofício do Centro de Apoio, onde a Dra. Beatriz fez um
91 apontamento sobre os dez mais graves problemas que tem a educação do estado do
92 Paraná. Então, esse pedido de vista não é apenas da sociedade civil, a contrariedade
93 a esse projeto também é do Ministério Público, diz que não quer violar direitos de
94 crianças e adolescentes, compreende toda questão da necessidade da Primeira
95 Infância, não estão discutindo o benefício de um CMEI para uma criança, o que se
96 discute é a ausência do estado do Paraná em políticas públicas educacionais
97 obrigatórias, e a sobreposição a apreciação de um projeto sem respeitar as regras do
98 direito financeiro e orçamentário e o regimento interno do conselho. Precisa ter fluxo e
99 previsão orçamentária com relação ao diagnóstico. Cita que a Márcia mesmo diz que



100 não concorda com esses dados, e foi o próprio Estado que trouxe na última reunião,
101 trazido pelo Ipardes, também discorda de muita coisa, fala que a senhora Márcia se
102 diz revoltada com esse relatório da sociedade civil, o Ministério Público fica revoltado
103 com muitas coisas da educação, com a falta de aprendizagem profissional de ensino
104 profissionalizante de EJA, de ensino médio, com esse absurdo número de matrículas
105 de crianças em escolas especiais, revolta cotidianamente com as falhas da educação
106 no estado do Paraná, e falhas em outras políticas públicas. O que o Ministério Público
107 deseja, não é deixar de atender crianças, e sim ter o adequado diagnóstico para
108 repassar recursos públicos para quem efetivamente precisa, pediram na última reunião
109 e o ministério público colocou no seu ofício, que foi analisado na última reunião e
110 serviu também de suporte para a sociedade civil, que não se trata de não discutir a
111 primeira Infância, mas se trata de discutir a primeira infância com qualidade. Precisa-
112 se checar os dados, fazer o corte de renda porque isso não tem nesse levantamento,
113 sem dados não se faz política pública, a Senhora Márcia mesmo falou que pode trazer
114 esses dados, seria extremamente interessante que ela pudesse participar desse
115 diálogo trazendo os dados que têm para que o conselho possa se apropriar disso e
116 discutir. Com a palavra, a conselheira Débora Cristina dos Reis Costa (ABEC) diz que
117 em nenhum momento o coletivo da sociedade civil está se opondo nessa política. Mas
118 a forma como ela foi colocada neste plenário para análise, diz que querem uma
119 construção coletiva, baseada em diagnóstico, dados e evidências. Querem aprofundar
120 uma política intersetorial que abarca crianças e adolescentes de uma forma integral,
121 principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade. Com esses dados da
122 última reunião e a forma como foi colocada a pauta, diz que também não se sentiram
123 confortáveis naquele momento, e por isso foi feito o pedido de vistas, querem construir
124 um processo coletivo que tenha uma base estruturada, não é com construção de
125 creches que terá a estruturação da política como um todo, pode ser que é parte dela
126 sim, mas precisa enxergar o todo. Enquanto conselheira acredita que a senhora
127 Márcia está para somar neste processo de construção e da forma como está,
128 entendeu que não teria como aprovar nesse momento. Com a Palavra a diretora Geral
129 da SEDEF, Sra. Luísa Simoneli, diz que todos tem um único propósito, que é a
130 garantia dos direitos de criança e adolescentes “é isso que nos une isto não pode nos
131 separar, pois o nosso princípio aqui Criança e Adolescente é a garantias de direito”.
132 Garante a todos os conselheiros tanto da sociedade civil como governamentais que
133 não há nenhuma ilegalidade no que está sendo proposto. Pergunta qual é a



134 ilegalidade que se atribui a deliberação posta? Uma vez deliberado aqui, não só essa
135 como outra deliberação, é necessidade e obrigação do poder público oferecer e
136 implantar a política pública. Gostaria de trazer um dado do Sistema Nacional de
137 nascidos vivos, nos 10 últimos anos do Paraná nasceram no Paraná 1.593.343
138 crianças e pergunta aos conselheiros quantas destas crianças tiveram o seu direito à
139 primeira infância garantido na creche. Qual é o investimento que pode se esperar do
140 município, pega como exemplo o fundo de participação dos municípios que vem sendo
141 minguado e é um recurso que pode ser obviamente utilizado para a política pública. O
142 texto constitucional diz que pode e deve haver a conjugação de esforços entre os três
143 entes da federação. Com a palavra o Dr. Fernando Redede (NUDIJ), inicia destacando
144 o quão complexa é a discussão e isso é um ponto positivo, é do interesse geral e
145 comum aprofundar a política de atendimento a criança e adolescente a primeira
146 infância que é o público atendido pelo serviço de creche, e também registra o quão
147 feliz está em participar de um conselho como esse que tem uma sociedade civil tão
148 atuante, diz que ouvindo o relatório com muitas informações, de uma apreciação com
149 riqueza de detalhes, um conselho que é formado não por técnico jurídico mas sim por
150 pessoas envolvidas e abertas. Destaca alguns pontos a partir desse relatório e de
151 algumas falas realizadas, uma questão de dúvida sobre competência do município e
152 competência do Estado, não há essa divisão nas competências administrativas entre
153 os entes federados, foi citado a decisão do supremo tribunal federal que afirmou ser
154 um direito subjetivo da criança pleitear o órgão público para acesso à creche e destaca
155 que o poder público tem um dever jurídico e poderia dizer município já que está escrito
156 na constituição, na legislação de Diretrizes e Base da Educação que é o município que
157 realiza o ensino e garante o ensino a educação infantil e ensino médio. Porém, este
158 poder Público por conta da cooperação e por conta da necessidade de articulação é
159 entre os entes, então, não há essa divisão posta. Outro ponto exposto no relatório é
160 que se entender que não deve ser realizado essa ação de cooperação, com
161 fundamento de que há outras ações do estado na educação que devem ter prioridade,
162 o conselho acaba se vinculando ao suporte dessas ações, então, acaba sendo uma
163 consequência necessária da decisão. Outro ponto mencionado é a ausência de um
164 Plano Estadual da Primeira Infância e muitos municípios também estão ausentes
165 nesse plano, deve ser preocupação desse conselho como órgão deliberativo de
166 política a Lei da Primeira Infância que deve ser considerada, tratar a questão de
167 responsabilidade fiscal e alocação de recursos, como a conselheira Débora trouxe não



168 é o edifício que vai prestar o atendimento, solicita que haja uma declaração do gestor
169 do município, de que ele tenha condições da contratação de pessoal, que os recursos
170 orçamentários não impeçam a contratação do efetivo pessoal para aquele edifício e
171 todos os equipamentos, merendas e contratação, porque só o repasse de recursos para
172 construção não é uma garantia suficiente que aquela construção vai se destinar ao
173 serviço. Terão outras colaborações com a clareza suficiente para verificar se a
174 deliberação ou eventualmente ajustes do seu do texto possa trazer mais garantia não
175 apenas ao órgão administrativo, mas a garantia do serviço, para que esses recursos
176 realmente sejam deliberados e repassados, e seja utilizada para provimento do serviço
177 de assistência a primeira infância na modalidade de creche. Pela ordem com a palavra
178 à conselheira Danielle Dalavechia Chedid Silvestre (Fundação Iniciativa, fala com
179 muito respeito a Márcia e a sua cidade Cascavel que tem uma realidade diferente de
180 muitas cidades do estado, e que tem uma certa independência. Pergunta, se saberia
181 informar porque no levantamento da INESC, que foi feito a pedido da agenda 227, o
182 volume financeiro destinado à construção e manutenção de creches no primeiro
183 semestre desse ano chega a ser cinco vezes maior comparado a 2020, o orçamento
184 executado para construir creches no primeiro semestre de 2023 já é quase 300 vezes
185 superior ao mesmo período do ano passado, (dados de 19 de setembro de 2023), diz
186 também que teve o fechamento do PAC no último dia 10 de novembro de 2023, onde
187 foram deliberados recursos para construção de até 1000 unidades de Centro de
188 Educação Infantil, sendo 900 unidades reservadas para escolas urbanas e de campo,
189 e 100 unidades quilombolas e indígenas, quer entender se teve a adesão clara de
190 municípios do Paraná ao PAC para construção específica, lembrando que o Fundo
191 Nacional que tem para educação está buscando essa renovação nesse sentido,
192 trazendo mais orçamento para essas questões. Nesse molde tinha então os projetos
193 pré-aprovados, os projetos que já são aprovados tem o modelo de creche Paraná
194 escola, tipo 1 modelo de creche e tipo 2. O município pode submeter também o próprio
195 projeto estando dentro das mesmas regras de acessibilidade, e nesse contexto
196 entende-se que tem que ter salas específicas para quantidades específicas, na minuta
197 de deliberação não existe isso, existe apenas um modelo. Porque não é expertise
198 desse conselho esse tipo de construção, a Márcia citou o Estado do Ceará, inclusive
199 nesse manual que tem, e qualquer um pode acessar o manual do novo PAC do Fundo
200 Nacional, coloca a respeito das obras são requisitos para a Seleção e habilitação para
201 as modalidades de escola em tempo integral ou creches e Escola de Educação



202 Infantil, disponibilidade de terreno em condições de fácil acesso, características
203 geotécnicas e topográficas adequadas para a implantação das unidades demandadas
204 de acordo com as orientações desse manual, uma série de orientações e questões
205 que foram pontuadas, é muito tempo de estudo, são muitas resoluções e tem até o
206 modelo do Ceará se alguém quiser usar o modelo está disponível, mas quem fez esse
207 modelo não foi o Conselho Estadual de direitos da criança do Adolescente do Ceará,
208 foi uma superintendência de obras públicas aliado dentro de uma política de educação
209 do Ceará num tempo e numa realidade muito diferente que tem aqui no Paraná, diz
210 que esse conselho não tem expertise sobre esse assunto, que estão criando uma
211 minuta que tem sérios pontos que precisam ainda ser observados, esse próprio
212 manual do PAC poderia ser um orientador para o que precisa ser feito, para os pontos
213 que precisam ser considerados, inclusive uma das principais questões que aponta é
214 exatamente o fato de não ter cumprido a meta do Plano Nacional dos 50% que já foi
215 citado, e a Dra. Danielle já falou, mas reforça os dados do 55% que também não
216 concordou no dia, mas foi apresentado pelo Ipardes e foi apresentado até como um
217 objeto de defesa do próprio projeto, que parece que está equivocado, não parece ser o
218 motivo real, acredita que essas famílias podem dizer sobre isso, mas não efetivamente
219 isso acontece. Se diz revoltada ao ouvir que uma construção resolve o ciclo da
220 pobreza. Outra questão, é o recurso para construção, pergunta porque ele não poderia
221 ser para reforma de um espaço, porque não pode ser investimento para equipamento
222 imobiliário. Não tem a resposta porque não tem estudo disso para verificar se não é
223 isso que o município precisa. Precisa organizar ações em conjunto, que quebrassem até
224 barreiras políticas, mas que tivesse um cofinanciamento organizado entre Estado,
225 União e o Município e que as coisas fossem de maneira Integradas. Um dos
226 apontamentos da conferência Estadual de Assistência Social foi uma deliberação da
227 conferência que os municípios querem ser consultados e querem planejar da
228 participação dos programas de assistência social. A transformação social começa de
229 um olhar que precisa ter, não de preconceito sobre as famílias, sobre as pessoas, mas
230 de uma construção junto com elas e é isso que busca a psicologia social. Se uma
231 construção fosse resolver todos os problemas, mas ela pode na verdade causar outros
232 problemas e o dinheiro não ser executado, precisa estudar isso, trabalhar melhor
233 sobre isso e fazer algo que seja efetivo, isso é ser inteligente, pode até não ser ilegal,
234 mas não é inteligente. A presidente ad hoc Juliana Sabbag diz que tem um grande
235 número de apontamentos que foram feitos então devolve a palavra para a Márcia, que



236 diz que vê o seguinte, tem que tomar certo cuidado com algumas questões quando
237 falam na questão de políticas públicas, ninguém está aqui para ser ou não inteligente,
238 mas na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Se diz uma pessoa técnica e
239 pela questão técnica, quando alguns colocaram que as obras estão paralisadas, teve
240 sim obras paralisadas por falta de repasse Federal, nenhum município parou porque
241 não quis fazer. Não podem colocar empecilho para implementação e para efetivação
242 de uma política pública, e sim estar buscando encaminhamentos e resoluções. Estão
243 discutindo a questão da Educação Infantil e desse recurso tão importante para os
244 conselheiros e para muitas crianças paranaenses que poderiam ter acesso, e quando
245 falei na questão de construção, a construção sozinha não resolve o problema da
246 pobreza do município, mas ela ajuda, porque se o município tem a obra, o prédio
247 construído ele vai implementar o atendimento, ele vai colocar isso como prioridade e já
248 é 50% do caminho andado. Diz que quando ofereceu os modelos de projetos, são
249 modelos próprios de projetos do município de Cascavel, que tem tantos projetos de
250 tamanho P, PP, M, G e GG, que poderia ser disponibilizado no intuito de estar
251 ajudando este conselho a resolver essa questão. A questão de construção de novas
252 unidades nos municípios paranaenses e brasileiros está muito difícil pela falta de
253 recursos, frisa a questão do regime de colaboração, a responsabilidade conjunta pela
254 garantia do direito à educação, e o quanto o atendimento na creche traz resultados
255 satisfatórios para o desenvolvimento da criança, e ajuda na erradicação da pobreza
256 em relação à questão das metas do Plano Nacional de Educação. Hoje existe a
257 finalização desse plano, os municípios não cumpriram por falta de recurso. Por que
258 não sair na frente com uma política de incentivo em relação à construção de novas
259 unidades educacionais nesses municípios do PR prioritários, se hoje tem essa lista de
260 municípios, pode ser acrescido outros ou retirados alguns, mas o importante é que a
261 política esteja em ação, que tenha realmente vontade política de estar implementando,
262 se ficarem colocando muitos obstáculos, vai passar o tempo e não será implementado,
263 e a criança em situação de vulnerabilidade social, a criança que está sem vaga na
264 Educação infantil, precisa do olhar dos conselheiros da sociedade civil do poder
265 público e de todos hoje, não amanhã, porque ela está em fase de desenvolvimento e
266 cada vez que se consegue inserir uma criança no sistema educacional, ela tem a
267 possibilidade de ser cuidada, de ser educada de ser acompanhada, são vítimas que
268 saem muitas vezes de casos de violência, de pobreza extrema, de desnutrição e de
269 mortalidade. Pela ordem com a palavra, a conselheira Alexandra Alves José



270 (EPESMEL) solicitou a Márcia o envio dos dados citados citou para contribuição na
271 discussão. Alexandra enfatiza que os conselheiros da SC que assinaram o relatório
272 do pedido de vistas não são contra a construção de creches. Segundo ponto que traz
273 que não falaram sobre ilegalidade, diz que trouxeram alguns elementos que apontam
274 que o dever primário com relação à oferta é dos Municípios, ninguém nega também a
275 questão da cooperação, ela deve existir, no entanto, quando se fala em cooperação
276 subentende-se que um dos órgãos que vai cooperar com o outro não tenha problemas
277 tão relevantes a sanar com relação à aquilo que lhe é exclusivo, a ponto de poder
278 oferecer ajuda ao outro ente. Aponta que a prioridade é do município com relação à
279 oferta de creches, viabilizar esse equipamento e essa política pública e esse tipo de
280 oferta, e que os estados devem trabalhar em cooperação com os municípios, no
281 entanto, não é fora de contexto que tem questões muito sérias e relevantes no âmbito
282 da educação, do fundamental II, do Estado e do Ensino Médio que precisam ser
283 sanadas pelo estado do Paraná, antes que possam falar em cooperação com os
284 municípios. Fala que nenhum dos dados apontados ali no relatório surgiu sem base de
285 estudo, eles são dados públicos, do IBGE pesquisa de 2023, com relação à
286 manifestação de vontade dos pais, pode ter algum equívoco mas sempre trabalham
287 com dados, e o IBGE é um instituto sério que sempre respaldou outras deliberações
288 aqui deste conselho. Outra coisa que também foi apontada pela senhora Márcia é que
289 foi citado no relatório de pedido de vistas alguns trechos de atas do CEDCA que
290 demonstram que os municípios historicamente possuem dificuldades em indicar
291 terrenos, isso é uma questão muito recorrente, então dado o tempo que nós
292 consideramos que ele é inexecutável para que os municípios possam juntar toda a
293 documentação e indicar esses terrenos, considera-se que esse é um fator muito
294 relevante. Reforça que ninguém é contra a construção de creche, mas que se efetive,
295 e para que isso possa ser efetivado, tem que sanar uma série de questões prévias
296 antes da publicação de uma deliberação, e antes de abrir prazo para os municípios.
297 Com relação ao Plano Nacional da Primeira Infância, indica o relatório que esse plano
298 seja elaborado no estado do Paraná ou pelo menos iniciado, são essas questões que
299 preocupam, e se o município tiver dificuldade na apresentação desses terrenos, esse
300 recurso vai ficar parado ano após ano igual os recursos parados na construção do
301 Centro da Juventude. Além disso, considerando a meta 1 do Plano Nacional de
302 Educação que seria de ter pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos nos
303 equipamentos creches, a indicação é que o PR inicie essa ação uma vez que ele



304 falou que haveria um aporte do tesouro de 70 milhões de reais para serem
305 complementados com os recursos do CEDCA. Ninguém é contra que o estado do
306 Paraná inicie essa ação com os recursos provenientes do tesouro. Para que o CEDCA
307 possa aprimorar essa proposta de deliberação, dialogar amplamente com os
308 municípios, com a Secretaria de Educação até para ver a capacidade que eles vão ter
309 de implementar esse equipamento para funcionar, que possam aprimorar e talvez
310 construir até mais do que 43 CMEIS com recursos do FIA. Pela ordem com a palavra,
311 Ana Alzira Fogaça (Instituto de Ação Social João Paulo II) diz que o CEDCA é um
312 colegiado, seja o poder público seja a sociedade civil o trabalho é deliberar sobre
313 política pública, em nenhum momento o pedido de vistas questiona e nem fala em
314 exigibilidade, fala que refletiram e tentaram dar a contribuição, acredita que o poder
315 público tem que também se posicionar no sentido de deliberar sobre a questão, no
316 sentido verdadeiro que está na constituição. Reforça que não são contra a construção
317 da creche, que querem que seja implementada, melhorada e seja qualificado, cada um
318 aqui coloca o serviço à disposição do estado e dos municípios para que a vida
319 aconteça e seja respeitada, a Márcia pode colaborar, não querem trazer nenhum
320 conflito e acredita que chegarão em um denominador comum. A palavra agora com a
321 Conselheira Tutelar Alessandra Polo do Conselho Tutelar de Fazenda Rio Grande. Ela
322 afirma estar acompanhando essa discussão desde a última reunião extraordinária e
323 ficou com algumas dúvidas, fala pelos Conselhos tutelares que é onde recebem as
324 mães em desespero procurando por política pública de atendimento à infância, diz que
325 atendem inúmeras situações de crianças menores de 5 anos deixadas sobre os
326 cuidados de crianças de 12 anos, e não tem o que ofertar para essas crianças.
327 Pergunta qual é a dificuldade da de deliberar se não tem ilegalidade, pois, a infância
328 tem pressa. Enquanto conselheira Tutelar, afirma que só na cidade de Fazenda Rio
329 Grande tem mais de 2.000 crianças em busca de CMEI. Qual é o apontamento
330 necessário a se fazer, é desesperador e urgente a necessidade da construção de
331 novas creches. Desses apontamentos que foram feitos qual é a solução para resolvê-
332 los. Pela ordem, a conselheira Prisciane de Oliveira (SEDEF), diz que foi trazida uma
333 questão relacionada ao plano de ação do Conselho, e que não existiria uma linha para
334 cofinanciamento, nesse ponto esclarece algumas questões. Tem a câmara do FIA,
335 que vem conversando bastante tempo sobre o Plano de Ação, é uma questão que
336 demanda bastante atenção. Lembra a todos que o conselho não tem um plano de
337 ação de 2023, e isso, não pode ser uma justificativa suficiente para prejudicar a



338 execução de uma política pública. Em 2023 não tivemos um Plano de Ação e nem por
339 isso deixamos de deliberar várias questões, o plano de ação não pode ser empecilho
340 para o cofinanciamento de uma política pública tão relevante. Em relação à questão da
341 responsabilidade do município, afirma essa ser prioritária, mas não exclusiva. Esse
342 conselho já cofinancia várias ações que eram prioritárias do município. A inexecução
343 da educação não é por falta de recurso, é uma questão que vai além do recurso, e
344 aqui estamos deliberando uma política e uma aplicação de recurso do fundo. Sobre
345 não existir um prazo razoável para que os municípios possam aderir à deliberação, os
346 municípios têm uma expertise no fundo a fundo suficiente para fazer esses
347 encaminhamentos não só das documentações, mas do preenchimento do SIFF, e,
348 além disso, tem as áreas técnicas para que possa tirar as dúvidas que eles tenham.
349 Em relação ao terreno, a deliberação é bem clara, onde, se o município não estiver
350 com a documentação correta e com o terreno disponível ele não terá condições de
351 aderir, e assim passa para o próximo da lista, o recurso não ficará parado, o recurso
352 não vai ficar retido aguardando o município se adequar para poder fazer a execução.
353 Diz que o conselho consegue trabalhar com o que conseguiu produzir, que tiveram
354 tempo suficiente para fazer as análises, assim, sugere o não envio dos mesmos as
355 câmaras. Não concorda que o Plano da Primeira Infância, por não estar devidamente
356 elaborado e vigente, tenha que prejudicar a execução de política pública. Não há
357 impedimento que ocorra a deliberação com posterior aprimoramento das ações. Como
358 já foi dito, a construção por si não garante nada, e é por isso que o plano da primeira
359 infância vai contribuir não só para essa ação, mas para outras. Não tem como
360 deliberar por obra de reforma, a reforma vai levar em consideração a análise daquilo
361 que já tá posto e que muitas vezes não pode ser aproveitado, então, por isso que a
362 obra acaba servindo de parâmetro muito melhor, porque vai começar do zero e
363 garantir a execução. A prioridade é a criança e adolescente, criança tem pressa e às
364 vezes enquanto conselheiros não conseguimos ter tempo suficiente para nos declinar
365 sobre determinada política para poder deliberar. Com a palavra, o secretário Rogério
366 Carboni, agradece muito o pedido de vistas da sociedade civil porque possibilitou esse
367 amplo debate e diz que ele mesmo sugeriu ao Conselho que alargasse o prazo, para
368 que pudessem efetivamente receber as propostas de melhoria da deliberação, cita o
369 edital de 26 milhões de serviços de reparos, diz que quer participar de todas as
370 reuniões. Diz que não é possível que fique num looping desnecessário com 223
371 milhões do recurso Livre, então se há o que melhorar na deliberação, vai melhorar, se



372 precisar emendar ela na próxima reunião porque esqueceram de alguma coisa, não
373 tem problema nenhum, mas o princípio constitucional da efetividade propõe que
374 avancem. Claro que seria melhor ter um amplo estudo, mas todos sabem da
375 dificuldade na formulação de políticas públicas. Os municípios que não apresentarem
376 capacidade, que não tem terreno que estão com a cota de responsabilidade fiscal e
377 pessoal ultrapassada não serão contemplados. Pede respeitosamente a colaboração,
378 diz que vão construir as amarras necessárias nessa deliberação, pede um voto de
379 confiança para que a deliberação avance. A presidente ad Hoc Juliana Sabbag não
380 havendo mais inscrições, retornam exatamente ao ponto que se encontravam algumas
381 semanas atrás, há uma urgência na deliberação desse recurso, há uma urgência na
382 definição da estratégia enquanto política pública há uma urgência no atendimento de
383 2580 crianças, este conselho enquanto deliberador em nome dos seus 24
384 conselheiros há de tomar uma decisão. Essa decisão não esgotam as pautas que
385 foram trazidas até aqui, por exemplo, a discussão se o Plano da Primeira Infância vai
386 ser incorporado ao Plano Decenal, assim como o Plano de Erradicação de Trabalho
387 Infantil, e o Plano de Enfrentamento à Violências tem que ser discutido. Pede à
388 secretária executiva Juliana que deixe agendado como inclusão pra próxima reunião, a
389 questão da organização do grupo de trabalho, como foi sugerido pela comissão, para
390 que se pense qual é a melhor forma de trabalhar com a elaboração do Plano Estadual
391 da Primeira Infância. Todos tiveram oportunidade de fala, e é preciso direcionar os
392 encaminhamentos que são objetivos: há um coletivo que afirma ser possível aprovar
393 todas as argumentações da proposta com as inserções que foram feitas pelo pela
394 conselheira da AMEC e pela Defensoria Pública. E há outro coletivo que gostaria de
395 ter mais informações, com mais tempo para continuar essas discussões, sendo assim,
396 inicia o processo de votação. **Proposta 1: Aprovação da deliberação no mérito e no**
397 **recurso com as devidas observações já realizadas; Proposta 2: Aprovação do**
398 **relatório com diligência no processo com a realização de estudos e**
399 **encaminhamentos às câmaras.** **Proposta 1:** Henry (UNILEHU), diz que gostaria de
400 embasar o voto ,mas que passou por um período de pressão e que ficou chateado
401 com alguns conselheiros, diz que se sentiu pressionado, e que as suas dúvidas foram
402 sanadas em plenária; Yan Leonardo Bem (Instituto Jeferson Bizotto); Nadir Aparecida
403 Silva (AAMEC), diz que compreende o debate feito na sociedade civil, mas igual ao
404 conselheiro Henry, também se sentiu pressionada e questionada, enfatiza aos colegas
405 da sociedade civil que eles sabem que fizeram isso sim, inclusive foi subestimada.



406 Teve quem entendeu que a AMEEC votaria pelo sim porque foi subentendido pelo
407 grupo que a cidade seria uma das beneficiárias e não teria como votar pelo não. O que
408 não é verdade, pois da macrorregional são três cidades, Paranavaí, Sarandi da
409 regional de Maringá e Juranda a qual diz que conhece a realidade e garante que só
410 vai ser aceita se elas tiverem condições de assumirem o que está proposto; Oni Maria
411 Barbieri (Ledi Mass Lions) diz que juntamente com o colegiado vota na proposta 1;
412 Viviane Ribeiro Santos (Casa Civil), Clesio de Marins Prado (Secretaria de Esporte)
413 Amália Regina Donegá (SETI), Prisciane de Oliveira (SEDEF), Juliana Sabbag
414 (SEDEF), diz que embora tenha todas essas discussões, que fazem o conselho
415 crescer muito enquanto coletivo, se ouvir e se respeitar, se diz muito contente com o
416 posicionamento de todos os colegas que se colocaram aqui, e em nome das 2580
417 crianças que não tinham vagas e que vão passar a ter vagas nos centros de educação
418 infantil, vota pela proposta 1; Juliana Sheneider (SEAB), entendendo que as
419 informações e objetivos estão claros, e a necessidade também é bem clara; Maíra
420 Tavares (SEED) destaca a preocupação em relação aos 10 pontos trazidos pelo
421 Ministério Público, especialmente para que façam a reflexão e o cumprimento dos
422 itens propostos, estão debruçados para poder sanar todos aqueles pontos e avançar
423 na execução de todas essas políticas mas entendendo que essa proposta não se
424 sobrepõe as responsabilidades atinentes a Secretaria Estadual de Educação, por isso
425 votam na proposta 1; Luciana Mara Finger (SEJU) pelo entendimento que há urgência
426 na demanda, também pela compreensão que os processos administrativos requerem
427 um tempo adequado, a formulação de política pública não ocorre apenas no momento
428 deliberativo com relação a recursos mas são vivas e são construídas e reformuladas
429 em todo e qualquer tempo, sem prejuízo do debate que sempre foi ponto focal deste
430 conselho; Joaquim Pedro da Silva (SETR) pela aprovação da deliberação no mérito e
431 no recurso enquanto secretaria do trabalho por entender que além da urgência, a
432 construção de creches influenciará também de forma positiva na empregabilidade para
433 os pais e responsáveis dessas crianças; Fernanda Crosewski (SESA); Ana Paula
434 cunha Carvalho (SESP) inclusive respaldado na manifestação da reunião anterior;
435 Luciano Arantes Sanches (SEPL) diz que o deixa confortável no sentido de votar são
436 duas questões, uma que tiveram tempo para debater e outra questão gostaria de
437 ressaltar o que o deixa confortável em votar na proposta 1, é a qualidade do Ministério
438 Público, de tudo que tem acompanhado em 22 anos de servidor público, diz que
439 político ruim no Paraná não se cria, porque temos se não for o melhor Ministério



440 Público do Brasil que é um dos melhores, então, se porventura no trâmite, no decorrer
441 desse processo tiver alguma irregularidade, diz que tem certeza da competência e da
442 qualificação do nosso no Ministério Público; **Proposta 2:** Gabriel (HPP), para embasar
443 o voto, Gabriel evidencia que ficou claro que o Conselho não tem materialidade para
444 fazer a aprovação da deliberação sem antes passar pelo refinamento de algumas
445 informações, o relatório é bem completo em fazer suas ponderações, em colocar que
446 existem lacunas a ser respondidas e preenchidas. Ana Alzira (Instituto João Paulo II)
447 justifica que precisa de uma maior reflexão, gostaria de deixar claro que quando
448 discute e conversa, não há imposição e repressão; Débora Cristina dos Reis Costa
449 (ABEC), diz que é pela fundamentação do relatório e isso não implica que é contra a
450 Política da Primeira Infância, que é contra a construção de creches, e sim pela
451 qualificação da deliberação; Victor Gabriel Cinel Gaspari (APAE de São Sebastião da
452 Amoreira), diz que de acordo com as discussões, tem esse posicionamento para que o
453 processo ande dentro da velocidade dos trâmites e tenha uma melhor discussão
454 futura; Nilson Ribeiro da Silva (SOS Guarda Mirim de Arapongas), levando em conta o
455 aprimoramento da discussão, e gostaria de consignar em ata a questão levantada pelo
456 Conselheiro Henry dizendo que é iniciante também e em nenhum momento se sentiu
457 pressionado, tiveram um diálogo frente à sociedade civil para fortalecimento do
458 Conselho de Direito, para que seja uma participação mais efetiva, diz que essa foi a
459 discussão que teve dentro do grupo da sociedade civil; Alexandra Alves José (Instituto
460 Leonardo Murialdo), se coloca a favor das crianças e dos adolescentes, que não é e
461 nem nunca será contra a primeira infância e nem contra a construção de CMEIs, no
462 entanto, compreende que é necessário qualificar esse debate, então, vota pelo
463 encaminhamento da tramitação pelas câmaras, para que possam contemplar nessa
464 deliberação outras demandas que talvez venham a identificar no processo de diálogo
465 com os municípios, com os representantes das secretarias municipais de educação
466 entre outros; Adriano Roberto dos Santos (Associação Antonio e Marcos Cavanis),
467 para ser coerente com pedido de vistas; Danielle Dalavechia Chedid Silvestre
468 (Fundação iniciativa), diz que se preocupou com algumas falas da sociedade civil
469 postas, diz que não se sentiu em nenhum momento pressionada e também como
470 iniciante nesse processo e nesse movimento nas reuniões que participou não
471 observou ninguém sendo constrangido nesse sentido e não entende porque os
472 companheiros entenderam dessa maneira, as pessoas têm que falar nomes quando
473 elas citam, porque fica ruim falar mas não citar nomes, diz que recebeu manifestações



474 diferentes no privado de gente que não pode nem falar o tipo de pressão que teve e
475 que foi exercida inclusive por parlamentares, então isso é muito ruim nesse processo
476 como um todo, se mostra muito preocupada com esse desenrolar da situação, diz que
477 o voto não é apenas como Fundação iniciativa, mas por uma rede que foi eleita para
478 representar, e consultando essa rede, rede de acolhimento, centros de educação
479 infantis, inclusive essa foi a primeira rede que foi consultada diante do processo das
480 situações e que estimula que haja conversa sobre esse assunto e que colocaram uma
481 série de apontamentos sobre isso, então o voto que expressa, vai além da própria
482 Fundação iniciativa. Diante das propostas não é ser contra o governo, diz “estamos
483 fazendo política aqui não partidária, estamos construindo, o objetivo é construir e criar
484 o melhor. Diz que chegar ao momento de caos, em que veem, por exemplo, no
485 município de Curitiba um remanejamento da noite para o dia para atender uma série
486 de situações, que lá atrás a sociedade civil votou em bloco dizendo não façam assim
487 porque vai dar errado e não houve essa reflexão, e hoje se colhe os frutos e o
488 resultado, vendo quem tá ficando sem direito às vagas e mães que estão sendo
489 separadas dos seus filhos, não é votar contra, é ajudar para dar subsídios para
490 formular melhor propostas e para construir de uma maneira mais efetiva, por isso o
491 voto hoje é sim pela proposta 2; Proposta 01 com 16 votos e a proposta 02 com 08
492 votos. **Aprovada a proposta 01 referente ao repasse de recursos no formato**
493 **Fundo a Fundo através da construção de creches no valor de R\$ 70.950.000,00.**
494 Registram-se as manifestações realizadas durante o regime de votação, onde a
495 presidente ad hoc Juliana Sabbag (SEDEF) pergunta para registro em ata, se a
496 menção que o conselheiro Henry (UNILHEU) faz de se sentir pressionado diz respeito
497 aos conselheiros do governo. Henry diz que não, é uma reunião que teve com a
498 sociedade civil e acredita que pelo fato de ser conselheiro novo, acreditou que ele não
499 tinha condição de fundamentar o voto, acabou se sentindo muito pressionado e pediu
500 para registrar em ata na reunião, como não podia, pede para registrar essa pressão,
501 para que não passe por isso novamente e diz “que não é nós contra eles ou eles
502 contra nós” e que todos devem ficar juntos. Foi falado muito sobre a primeira infância
503 da pessoa com Deficiência e diz que com 42 anos de pessoa com deficiência, tem
504 convicção de que a pessoa, a criança com deficiência urge estar junto das crianças
505 sem deficiência. Precisam sim da primeira infância é o melhor momento para você
506 colocar uma criança com deficiência no mundo da escola e consequentemente no
507 mundo do trabalho. Renann Ferreira, representando a CDDCA/OAB pede que conste



508 em ata que pediu intervenção por uma situação grave e não foi concedido. Dra.
509 Danielle Tuoto solicita se terão um momento ou se envia por escrito sugestões ao
510 texto, como por exemplo, essa sugestão que faz dos municípios que tem obras
511 paralisadas não possa acessar um novo recurso. A presidente ad hoc Juliana Sabbag
512 responde que se possível encaminhe por escrito e assim a todos os demais que
513 enviem também, dando encaminhamento às sugestões e se possível quando
514 encaminhar autorizar a secretaria executiva que repasse a todos os conselheiros, a
515 todos os órgãos consultivos para poder ir popularizando o que vier de contribuição.
516 Pela ordem o Rennan Ferreira, que inicia frisando a falta de consideração desse
517 conselho com o órgão consultivo que é a Ordem dos Advogados do Brasil, quando o
518 órgão consultivo pede uma palavra pela ordem em tese, e pelo menos antigamente
519 era respeitado e concedido essa palavra, porque eram situações que estavam sendo
520 postas de extrema relevância, não há previsão regimental que uma votação não possa
521 ser interrompida para sanar dúvidas principalmente de um órgão consultivo. Segunda
522 consideração que a OAB solicita são os nomes que a secretária Márcia apontou que
523 ela fez a ligação ao Tribunal de Contas do Estado que os servidores são favoráveis.
524 Diz que precisa trabalhar com nomes. Por terceiro gostaria que os conselheiros que se
525 manifestaram que foram pressionados para votação também colocassem esses
526 nomes, que indicam a abertura da comissão de ética que esse conselho possui
527 regimentalmente, que essa situação seja agora posta em reunião sugerindo a abertura
528 dessa comissão de ética por este conselho, no respaldo que essa votação tenha
529 segurança já que foram mencionadas as pressões. Alguns conselheiros também
530 mencionaram que receberam ligações de outros órgãos de legislativo, que a situação
531 seja também posta em papel e esse conselho se debruce sobre isso, se houve ou não
532 essa pressão ou o que aconteceu de fato, são situações extremamente gritantes e
533 perigosas que pode atrapalhar a democracia, então a OAB recomenda que esse
534 conselho faça a abertura dessa comissão de ética para que sejam apuradas essas
535 situações. A Conselheira Nadir (AAMEC), diz que ao menos que tenha tido algum
536 problema no áudio da reunião da sociedade civil todos devem lembrar o quanto ela foi
537 questionada, diz que não é possível que os senhores não se lembrem disso, que é a
538 quinta gestão do CEDCA e é a primeira vez que sentiu tamanha pressão. Diz como
539 defensora que é participando de organização que defendem os direitos, em primeiro
540 lugar direitos humanos, não só criança e adolescente, mas de todos desde o ano
541 2001, foi à primeira vez que sentiu isso. Diz que não vai colocar o nome de ninguém,



542 porque não é obrigada, porque cada um que falou sabe o que o fez, pede que não
543 sejam cínicos, que estavam numa reunião da sociedade civil reunida com muita gente,
544 se ninguém lembra que fique pelo não lembrado, mas coloca aqui que nunca teve
545 essa pressão e manteve a posição desde o início pensando principalmente nessas
546 2580 crianças que serão beneficiadas. Diz que não é porque é sociedade civil que tem
547 que falar a mesma língua, e se chateia principalmente quando falam “a sociedade civil”
548 como se quem discorda não fosse a favor. Diz também que abre mão de ter essa
549 comissão de ética que fiscaliza, pede para que os demais pensem que haverá
550 deliberações tensas e que cada um em primeiro lugar respeite a decisão de cada
551 entidade, termina falando que não deseja abrir a comissão de ética, mas que a
552 sociedade civil repense nas próximas deliberações que seja entendida desde o início a
553 opinião dela. A Conselheira Tutelar Alessandra agradece a todos os conselheiros que
554 votaram favoráveis, agradece também as contribuições contrárias que vão ajudar a
555 conquistar esse direito da maneira mais limpa e legal possível e manifesta também
556 que nesse espaço de manifestação popular, prevaleceu à voz do povo e das crianças,
557 que poderão ser contempladas com mais esse fortalecimento da política pública em
558 favor da Infância e da Primeira Infância. A conselheira Ana Alzira (Instituto de Ação
559 social João Paulo II) diz que estão começando um processo no conselho, e teria que
560 ter a lealdade da verdade, porque participou de todas as reuniões da Sociedade civil e
561 não viu e nem ouviu pressão. Diz que estão discutindo politicamente em vista do bem
562 comum, então não tem que estar discutindo e brigando entre eles, mas tem que
563 construir cidadania, e só se constrói cidadania através de discussão de conversa e
564 todas as vezes que se reúnem conversam. Gostaria que fossem verdadeiros nas
565 coisas que fazem, porque a verdade ela está acima de tudo e mais, as crianças e
566 adolescentes precisam de pessoas sérias, que ocupem o seu espaço, que acreditem
567 que é possível mudar o mundo. Tem muita coisa errada, existe muitas tendências que
568 não podem ficar nelas, tem que ir pro essencial e o essencial é a verdade, a justiça e a
569 coragem de tomar posições, seja ela favoráveis ou contrárias, de acordo com a
570 consciência, mas acima de tudo a verdade. A presidente ad hoc Juliana Sabbag fala
571 como sempre pelo diálogo, pelo respeito, diz que vai abrir a palavra para todos que
572 estão inscritos, diz que conhece cada uma das pessoas que estão nessa reunião e
573 cita legitimamente do compromisso de todos e de cada um pelo maior interesse das
574 crianças e adolescentes. É uma reunião que está sendo transmitida e que vai ficar
575 gravada, gostaria que pudéssemos tomar uma decisão e ai pergunta aos dois



576 conselheiros, Henry e Nadir se gostariam de formalizar essa denúncia para ser
577 encaminhada por uma comissão de ética, ou de que forma podemos conduzir, porque
578 não gostaria que continuasse nesse movimento que pode acabar deixando as pessoas
579 magoadas, e pessoas todas das quais aqui com a fé pública que o serviço público a
580 garante atesta o compromisso, a coerência, o melhor andamento dentro da regra da
581 política da criança. Rennan Ferreira diz que a Dra. Bruna teve que se ausentar, mas
582 com a ratificação dela informa que a OAB estará oficiando, solicitando esclarecimento
583 sobre esses posicionamentos que ocorreram em plenária sobre essas questões, essas
584 pressões, e até mesmo o posicionamento do Conselho se abriu ou não a comissão de
585 ética e farão os encaminhamentos que entenderem cabíveis. A conselheira Nadir pede
586 desculpas a todo mundo que tá assistindo, diz “lamento muito, não sou desleal, não
587 sou mentirosa e também não estou dizendo que ninguém disse que é, mas ficou
588 subentendido. A sociedade civil não faz ata, deveríamos começar a fazer ata porque
589 daí estará escrito, que agora podemos simplesmente esquecer, nunca imaginei que eu
590 fosse passar por isso vindo da sociedade civil, dói neste momento”. O Conselheiro
591 Henry diz que ouvindo a fala da Nadir acha que tem que se posicionar também, e que
592 não é necessário abrir um conselho de ética, diz que é a primeira votação dele, se
593 sentiu pressionado mas não quer dizer que vai levar para frente porque vão votar
594 muitas coisas juntas, diz que aqui não é um racha, só se posicionaram para que as
595 pessoas que fizeram se conscientizem que é preciso ter respeito. Se diz convicto do
596 voto desde a primeira reunião e ninguém vai mudar o seu voto. A Dra. Danielle Tuoto
597 deixa claro que esse é o momento de diálogo, o conselho é um espaço de debate e
598 não de embate. Quando tomam posse como conselheiros de direito, a compreensão
599 que deve existir tanto governamental ou não governamental, é que ninguém
600 representa a sua instituição, sua pauta, sua matéria, representa a sociedade
601 paranaense num espaço de debate de deliberação da política pública destinada a
602 crianças e adolescentes, tem que respeitar a opinião de todos, diz que ela
603 representando o Ministério Público tem outras ferramentas que não só discussão em
604 Plenário, mas os senhores conselheiros tem o voto, a fala, o pedido de vistas, a
605 resposta do pedido de vistas como a ferramenta. Também fala de uma publicação de
606 nota do fórum DCA dizendo do desconforto de recebimento de telefonemas de
607 parlamentares, de gestores buscando votos de um lado ou de outro. Que seja um
608 debate de política pública e não um debate institucional. Pede que possam resgatar o
609 espírito do Conselho que é um órgão deliberador de política pública. A presidente Ad



610 Hoc Juliana Sabbag agradece a manifestação de todos, diz que foi uma manhã
611 bastante tensa e estão todos bastante mexidos de várias formas, nesse momento irá
612 respeitar a decisão dos dois colegas que pediram para não abrir a comissão de ética,
613 lembra aos colegas que em qualquer tempo essa discussão pode ser revista e
614 retomada, diz que não gostaria de expor as, mas, enquanto Presidente ad hoc desse
615 conselho se coloca à disposição em todos os canais que sejam possíveis, inclusive no
616 celular, WhatsApp, e-mail do CEDCA, com relação à nota do fórum, ressalta que a
617 mesma será pautada na próxima reunião, afirmando que a democracia é diálogo, e
618 encerra a reunião extraordinária. A ata foi redigida pela servidora Marcela Gusso
619 (CPCA/SEDEF) e após a aprovação será publicada no Dioe e disponibilizada no site
620 do CEDCA/PR.

621